

Os embates da memória

Edwiges Maria Morato*
Fernanda Miranda da Cruz**

Resumo

Com base na reflexão que tem produzido a Linguística sobre o tema da memória, mais especificamente sobre as relações entre linguagem e memória, gostaríamos de focalizar os efeitos das ambigüidades e dicotomias do pensamento científico sobre seu entendimento. Nossa hipótese é que os modelos explicativos, os atuais vetores epistemológicos e mesmo a escolha de certos domínios empíricos para analisar essa relação não deixam de partir sempre de uma aporia central em nossa tradição científico-filosófica: por um lado, a extrema confiabilidade em relação a ambas enquanto possibilidade de configuração e acesso ao conhecimento; por outro lado, a desconfiança permanente em relação à facticidade da linguagem e à falibilidade da memória. Não é por outro motivo que a alteração da linguagem ou a da memória – afasia e amnésia – parece ser o pior dos males de nossa civilização, como tem nos mostrado toda a tradição científico-filosófica ocidental.

Palavras-chave. Memória; Práticas sociais; Doença de Alzheimer; Confabulação; Discurso.

Memory clashes

Abstract

The outstanding importance attached to the theme of memory, more specifically to the relations between memory and language by the Linguistics reflexion, will be here discussed. Our focus will be on the effects of ambiguity and dichotomy of scientific thoughts about its understanding. Our hypothesis is that the explanatory models, the current epistemological indicators, or even our choice of a certain empirical domain to be referred in order to analyze this mentioned relation, come all from our common scientific-philosophical tradition: on one hand there is the unshaken confidence in the relation that these two concepts (memory and language) have with the possibility of configuring and accessing the knowledge, on the other hand there is the conspicuous lack of confidence in language's facticity as well as in memory's failure. It is not for other reason that the impairments of language and of memory – aphasia and amnesia – seem to be the worst evils of our civilization, as our traditional western scientific-philosophical has been showing.

Keywords: Memory; Social practices; Alzheimer disease; Confabulation; Discourse.

Os embates

Para entendermos, de uma maneira panorâmica, os embates cotidianos da memória e da linguagem frente à visão largamente escatológica que ainda anima o discurso científico sobre nossas formas de apreender e significar o mundo, reportemo-nos aos “sete pecados da memória” elencados por Schacter (2001) num livro dedicado ao chamado grande público.

Dos sete pecados por ele mencionados, três seriam caracterizados como *omissão*, e são eles: o pecado da *transitoriedade*, relativo ao enfraquecimento da memória com o passar do tempo; o da *distração*, que representa uma ruptura na interface entre a atenção e a memória; o do *bloqueio*, que afetaria a busca por uma informação que não parece acessível no momento de sua evocação. Os outros quatro pecados seriam o do

cometimento, relativo à atribuição errada, ao equívoco em relação a uma determinada informação; o da *sugestionabilidade*, responsável, por exemplo, pelas lembranças criadas como resultado de perguntas tendenciosas, comentários ou sugestões feitos quando uma pessoa está tentando se lembrar de uma experiência do passado; o da *distorção*, relativo a influências do nosso conhecimento atual e opiniões sobre o modo como nos lembramos do passado; e, por fim, o da *persistência*, que tem a ver com a recordação de informações ou acontecimentos perturbadores que preferimos não lembrar, mas que insistem em permanecer presentes.

Como podemos facilmente observar, os pecados da memória são ao mesmo tempo os que afetam nossa percepção do mundo (tida nesse cenário judicioso como ideal, porque racional, intuitiva, natural), e os que não deixam de ocorrer sem o concurso mais ou menos

Endereços para correspondência:

* E-mail: edwiges@iel.unicamp.br

** E-mail: fmcruz@iel.unicamp.br

direto da linguagem e suas práticas, social e interativamente constituídas.

Se cometemos algum ou todos os pecados da memória aludidos acima, conseqüentemente somos punidos com o pesado estigma da desrazão ou com as várias formas de injunção ético-discursiva dirigidas à falta de verdade e de veridicção (o dizer verdadeiro). Esses sete pecados (aos quais tantos outros poderiam ser acrescidos) via de regra colocam-nos na zona limítrofe entre o esquecimento (segundo os clássicos, provocado pelas águas turvas do *Lethé*, mitológico rio dos infernos cuja água, sorvida pelos mortos, trazia-lhes o esquecimento e conseqüentemente a impossibilidade de contemplar o conhecimento e a verdade) e a fonte sempre vicejante da memória (identificada desde o mundo clássico com a estampagem direta de traços sensorio-imagéticos em nossa mente). Opondo, assim, de maneira arbitrária esquecimento e memória, o pensamento científico-filosófico demorou a admitir o que pragmaticamente já se sabia: que o primeiro faz parte de maneira constitutiva da segunda. Entre outras conseqüências das tantas dicotomias clássicas, nem sempre temos conseguido escapar, em nossa completa vida social, à punição pelos pecados contra a memória aventados por Schacter (2001). O mesmo poderia ser dito em relação aos pecados cometidos contra a linguagem, que supostamente a desviariam do caminho da precisão, da literalidade, da invariância, da homogeneidade, do bem-falar, da acessibilidade direta às coisas do mundo.

Como lembramos em outro texto (Morato, 2000), a forte distinção entre o normal e o patológico, o peso da tradição gramatical que enxerga erro e desvio em praticamente todo uso comum da língua além de uma visão idealizada da linguagem e da mente, foram formando, no final do século XIX, a base da intolerância com relação a distintos modos de se expressar e atuar com linguagem, derivando daí a patologização de fenômenos lingüísticos cotidianos normais, a qual é pautada sobre uma constante desconfiança acerca das capacidades mentais ou discursivas dos falantes. Essa ambivalência com relação à linguagem, que nos faz tomá-la ora como passaporte para a verdade e o conhecimento, ora para o engodo e o esquecimento, vem desde a Antigüidade, seguramente. O homem (pós-)moderno ainda não dirimiu um problema filosófico que faz a linguagem ser ao mesmo tempo revelação e veneno, espetáculo e sombra, objetivação e desequilíbrio. O estudo do caráter patológico da linguagem, como bem notou Porter (1993), começou não à toa com as afasias, consideradas as menos somáticas das patologias da linguagem, o que acabou conferindo uma orientação organicista e psicológica à questão do *pathos*.

Tomadas a linguagem e a memória, na tradição

científico-filosófica, como elementos logicamente heterogêneos entre si, não é raro, então, em Lingüística, que se pense a cognição ou o conhecimento a partir do que não é totalizado ou subsumido pela linguagem e pelo lingüístico. Com relação à memória, essa conduta não tem sido diferente: ou ela é simplesmente identificada de maneira correspondencialista com a linguagem (a língua-memória saussuriana), ou a linguagem se porta como uma espécie de via de acesso, de instrumento, de veículo de memória ou de conteúdos mnêmicos (cf. Morato, 1995; Cruz, 2004). Dessa forma, linguagem e memória, se não são elementos disjuntos na configuração da cognição, interatuam como processos cognitivos de forma meramente instrumental, causal, psicotécnica. Nesta perspectiva, os dois processos não são necessariamente explicados pelo mesmo vetor epistemológico; a relação entre ambos, dessa forma, não deixa de permanecer algo misteriosa, sendo em geral creditada ao domínio mental ou caudatária das propriedades biológicas de que seríamos dotados.

Quando postulado um quadro relacional estreito entre linguagem e memória, admitem-se ao mesmo tempo vários e distintos graus de solidariedade e distanciamento entre os dois processos. A questão do conhecimento e a da subjetividade, de uma maneira ou de outra, por exemplo, encontra-se sempre concernida nessas tentativas de relacionar dialeticamente linguagem e memória. Nesse caso, postula-se que o que está a amalgamar os dois processos nas múltiplas atividades psicossociais diz respeito, de alguma forma, à linguagem e suas várias funções (interacionais, sociais, pragmáticas, cognitivas, discursivas etc.).

É dessa forma que, para os estudos neurolingüísticos de inspiração sociointeracionista ou sociocognitivista (Luria, 1981; Tomasello, 2003; Vygotsky, 1934, entre outros), as relações entre linguagem e cognição não são vistas como relações que se estabelecem apenas ao nível mental ou cerebral. Postulada a sociogênese da cognição humana, a linguagem acaba por ganhar um peso epistemológico relevante, constituindo-se como o mediador por excelência das relações entre o homem e o mundo, condutor e amálgama cognitivo cujo estatuto se deixa entrever nas inúmeras práticas humanas.

Dada a limitação que se impõe ao presente artigo, assinalamos esquematicamente três questões com base nas quais desenvolvemos nossa reflexão:

1) Desde sempre tida como inseparável do sentimento do tempo, como algo que se esvai, que deve ser salvo da perda total pela sua retenção, a memória tem em sua perda um dos piores males das sociedades modernas. A memória cuja perda é lastimada tem a ver com uma curiosa ambigüidade com que o homem tem enfrentado as relações contraditórias que a constituem e que acabam por se constituir para nós no feixe de sentidos

que ela guarda e que a representa: lembrança e esquecimento, indivíduo e sociedade, conservação e evocação, realidade e ficção, normal e patológico, implícito e explícito, verbal e não-verbal, fato e representação do fato.

2) Assim como a linguagem, a memória está exposta a uma memória dizível, enunciável. Por isso podemos dizer que não a revivemos; nós (re)construímos discursivamente a memória em nossas práticas psicossociais. À Linguística interessa saber, na observação desse trabalho de conservação/fabricação/recuperação do passado, o que se acrescenta, o que se perde, o que se modifica, o que fica como algo que passa a ser significado (enunciado/implicitado/interpretado) como esquecimento e como lembrança. Uma vez admitida a existência de certas instâncias da memória a partir do que é enunciado e do que acontece no decurso da enunciação (pensemos em fenômenos tais como neologização, remissão, alusão, referenciação, parafrasagem, heterogeneidade, lapso, criação lexical, formulaicos etc.), pode-se admitir que a memória, como a linguagem, e a partir da existência desta, submete-se a um escrutínio público discursivamente constituído. Memória e linguagem, dessa maneira, como que se fundiriam nas práticas sociais.

3) Como postulado por vários autores, a obsessão pós-moderna relacionada à memória é antes uma preocupação com o presente e a evocação (*mnése*) do que com o passado e a rememoração do que foi estabilizado historicamente (*mneme*). A reminiscência (*mamnesis*), no mundo clássico trazida pela linguagem e por aquele que enuncia, dessa forma, acaba reduzida a um processamento mnêmico de ativação (voluntária e consciente) de informação. Não por outro motivo, essa ponderação tem levado historiadores e antropólogos a indagar: estaria morrendo uma certa idéia de memória e de linguagem como práticas culturais radicais, garantias essenciais do diálogo e da narrativa, bem como do que se costuma chamar de identidade?

Se considerarmos a ambigüidade do pensamento científico-filosófico como um dos atuais e mais expressivos elementos dos embates (conflitos, abalos, resistências, enfrentamentos, choques) relativos à memória, vale a pena perscrutarmos algumas das suas conseqüências para a vida prática das pessoas, bem como para o desenvolvimento de algumas áreas da Ciência.

Destaquemos, pois, dois fenômenos que são notáveis pela instabilidade que reputam, de maneira diferente, à memória e à linguagem: a confabulação e a amnésia (aqui tomada num sentido largo, isto é, de alteração de memória). Ambos os fenômenos são característicos do chamado contexto patológico, desestabilizam potencialmente o caráter referencial da linguagem e são tidos como excrescências em relação à normalidade (cf. Cruz, 2004; Morato, 1995, 2000). O que

se postula é que a ambigüidade aludida acima, entre outros aspectos, caracterizaria as injunções ético-filosóficas contra a “falta” de memória e contra a capacidade metalingüística e referencial de alcançarmos (“acessarmos”) o conhecimento. Quais seriam as implicações conceituais e práticas das injunções discursivas contra a “falta” de memória nos fenômenos mencionados aqui?

A confabulação: o conflito entre as memórias lícitas e as “ilícitas”

No episódio que reproduzimos abaixo, a pesquisadora EM conversa com MP, uma senhora com a Doença de Alzheimer. Nele, ambas discutem as eventuais dificuldades mnésicas de MP, que as nega, mas “mescla” em seu relato memórias recentes e remotas, confabula a respeito de sua vinda ao Brasil (nascida na Letônia, ela veio com pais ao Brasil quando criança, após a Revolução Russa, e não com o marido, como afirma), e parece anosagnósica em relação a seus problemas (ou talvez estivesse procurando se preservar do estigma relativo aos desmemoriados...). É interessante ainda observar a maneira como ela procura modalizar ou minimizar enunciativamente seus problemas mnésicos, além de verificar como constrói a referência da “guerra” aludida pela investigadora (Revolução Soviética, de 1917? Segunda Guerra Mundial, ocorrida entre 1939 e 1945? Guerra dos Balcãs, evento mais próximo ao período no qual a conversa se dava entre ambas, no começo dos anos 1990?):

EM- Esta é a terceira vez que a senhora vem aqui? [o hospital]

MP- Eu não sei qual é a vez esta.

EM- Por que a senhora está vindo aqui no hospital?

MP- Olhe, eu não sou capaz de dizer nem o que é! Eu acho as pessoas aqui muito boas, amigas. Quando alguém está doente, um ajuda ao outro. E a vida é assim.

EM- A senhora tem tido alguma dificuldade para se lembrar das coisas ultimamente?

MP- Eu acho que não.

EM- A senhora está se sentindo bem?

MP- Graças a Deus!

EM- Qual é o seu nome completo?

MP- MP. [diz o nome por inteiro, corretamente]

EM- A senhora é brasileira?

MP- Eu vim da Letônia.

MP- Quando a senhora veio?

MP- Em 19... quando é que foi? Quando é que nós viemos? Não sei mais quando que nós viemos da Europa.

EM- A senhora veio antes ou depois da guerra?

MP- Nesta guerra, olhe, eu não tomei parte. Mas foi uma coisa maravilhosa!

Sabe o que foi maravilhoso? Deus! Deus segurou umas certas pessoas para que não acontecesse nada. E foi uma maravilha. Parece que não é nada. Mas, olhe, doentes, os que estavam necessitados de alguma coisa, todos saíram.
EM- *E a senhora veio para o Brasil com o seu marido?*
MP- *Sim.*

No discurso cotidiano, confabulação é sinônimo de conversa ou de narrativa; pode também se referir àquelas conversas veladas, sedutoras, suspeitas, conspiratórias, aleatórias, ou àquelas narrativas fantasiosas, extravagantes, mentirosas. Todas essas possibilidades de emprego evidenciam a polissemia do termo e guardam com o sentido original da expressão (do latim *fabula*) uma relação polifônica.

Em termos das práticas lingüísticas, o ato de confabular (em português, bem entendido) é reconhecido como sinônimo de cavaquear, de conversar familiarmente por passatempo, de trocar idéias. Confabular significaria, ao mesmo tempo, engajar-se numa conversação cujos temas são, geralmente, suspeitos, escusos, polêmicos, conspiradores ou, de alguma forma, não explicitados. A confabulação é um fato textual que só se constrói na relação com quem a escuta e em relação a quem a escuta. Isso é realmente algo de importante para a compreensão desse fenômeno.

Se levarmos em conta o fato de que somos todos um pouco (con)fabuladores, uns mais do que os outros, em tantas situações discursivas quanto for possível imaginar as situações humanas para impressionar, seduzir, conchavar, mentir, cavaquear, imaginar, iludir, pressupor, inventar, inferir, polemizar etc., poderíamos de fato só afirmar daquele que (con)fabula que ele apresenta traços páticos ou mórbidos (como no delírio, na catalepsia, na afasia, na amnésia, na demência), e não outros (tais como os de razões éticas, pragmáticas, psicológicas, discursivas etc.)?

O uso do termo no campo da pesquisa clínica, contudo, não contempla os vários efeitos de sentido que a expressão carrega na linguagem cotidiana. Pelo contrário, ao se aterem a uma apropriação semântica unívoca – confabulação é a produção de falsa informação sem a intenção de iludir – a Neuropsicologia ou a Psicologia Cognitiva reduzem e simplificam as possibilidades conceituais deste fenômeno, bem como as de processos lingüístico-discursivos aos quais está associado.

A confabulação, na pesquisa clínico-cognitiva, se presta a muitos e diferentes entendimentos. Aparece especialmente como um item semiológico das síndromes amnésicas, demenciais e afásicas. Embora suas causas e mecanismos cognitivos não estejam ainda devidamente elucidados (como ocorre com as demências degenerativas que afetam a memória), admite-se que esteja relacionada com as alterações de memória e de consciência. É

definida *grossa modo* como “produção de falsa informação sem intenção de iludir” (Berlyne, 1972), ou mesmo como uma “uma mentira honesta” (Moscovitch, 1989).

Ainda que etimologicamente *confabular* e *memorar* tenham alguma ligação (reportam-se à ação de relatar, de trazer à memória, de dar a conhecer, de tornar lembrado um fato ou acontecimento), e isso implica uma manifestação verbal, oral ou escrita, a única fonte de aproximação entre (con)fabulação e (re)memorização que parece pertinente (ou “visível”) à pesquisa clínico-cognitiva é a existente entre informação (falsa) e ato de memória (falho). Em outras palavras: entre a produção de uma falsa informação sem intenção de iludir (alusiva ao mecanismo de produção da mentira, ainda que “honesto”) e a alteração da consciência (levando-se em conta que o paciente seria anosagnóstico, isto é, inconsciente de seu problema de memória).

Mais recentemente, a confabulação tem aparecido na literatura neuropsicológica e na de certas pesquisas cognitivas para subsidiar estudos sobre o processamento da informação ou de processos de julgamento, bem como sobre a constituição normal e patológica de certos tipos de memória, como a autobiográfica, por exemplo. As recentes investigações no campo da Psicologia Cognitiva sobre processamento normal da memória (como as que realiza Shacter), que se servem do método de recuperação de informações *via* testes padronizados, e as que no campo da Neuropsicologia baseiam-se no estudo das confabulações espontâneas ou estimuladas por perguntas algo capciosas de sujeitos amnésicos, dementes e afásicos têm em comum a vinculação do processamento da informação ao problema do processamento da/na memória.

A situação típica do aparecimento da confabulação no contexto clínico é a entrevista ou o exame diagnóstico, presentes nos protocolos criados para a investigação das alterações de memória e de consciência. Essas situações são a rigor interações assimétricas, do ponto de vista dos papéis que os sujeitos nelas ocupam. Além disso, são também complementares, no sentido que lhes dá Vion, ou seja, essas interações se desenvolvem a partir de desigualdades institucionais, em que aparecem uma posição “superior” e outra “inferior”, e assim por diante (Vion, 1992, p. 129).

A confabulação é diagnosticada nos estudos neuropsicológicos quando os pacientes revelam uma tendência ou o ímpeto de responder sempre alguma coisa, em geral de forma inapropriada, às perguntas do investigador, mesmo aquelas absurdas ou logicamente implausíveis (cf. Dalla Barba, 1993, 1994; Moscovitch, 1989, entre outros).

Não sendo naturalmente o único motivo que leva o paciente cérebro-lesado a confabular, o tipo de

interação em que está inscrita, no entanto, é que se responsabiliza muitas vezes pela forma como a confabulação emerge. Se não se levam em conta questões como essa, espera-se realmente muito das baterias de testes-padrão de confabulação e pouco das implicações pragmático-discursivas das situações clássicas nas quais ela se produz e é forjada. As informações (que em sua maioria não fazem o menor sentido para o paciente; estão ali para capciosamente flagrar suas falhas, sugestionabilidades, imprecisões e indecisões) são recolhidas pelo examinador numa situação cujos objetivos o examinado não conhece, a não ser parcialmente. Mesmo que o paciente confirme sua adesão espontânea ou se engaje nesse tipo de interação e procedimento diagnóstico (e isso às vezes significa apenas que ele confia no especialista, mesmo quando este lhe pergunta subitamente, seguindo regamente um protocolo de investigação, quais são os dias da semana e em seguida se está lembrado do que comeu num domingo de Páscoa há três anos atrás ou mesmo sobre a profissão do filho de um antigo ator de cinema), dificilmente pode ou consegue ultrapassar a relação de subordinação de base que o caracteriza. A dinâmica interativa e a atitude do clínico/examinador são elementos quase inalienáveis nesse contexto, e podem variar de uma maior a uma menor assimetria, sem, contudo, fazer com que a relação de dominação desapareça. Ao fim, as normas de avaliação e os critérios teóricos trazidos para a definição do que é ou não uma confabulação de um tipo ou outro estarão sempre a cargo daquele que consulta, examina ou realiza a investigação.

Um dos problemas do pressuposto neuropsicológico básico, que vincula a confabulação ao mesmo tempo na alteração de memória e no desconhecimento dela por parte do paciente, recai sobre os próprios termos em que a questão é colocada: entre outros, uma imensa confiabilidade no princípio de cooperação entre as pessoas, uma apropriação simplificada da discussão ética sobre a produção da mentira e da imaginação, e uma concepção de linguagem como tradução ou vestimenta perfeita dos mecanismos ou conteúdos mentais. Ao considerar a anosognosia – um déficit de consciência – condição necessária para a produção da confabulação, o paradigma médico, à maneira de Rousseau, “inocenta” o paciente que não tem a intenção de iludir (de mentir, de enganar, de induzir ao erro).

Assim, se no discurso cotidiano aquele que confabula submete-se à sua própria responsabilidade discursiva (sobre o seu dizer), bem como às regras tão sutis quanto tirânicas, de ordem pragmática, que presidem as interações humanas. No discurso patológico, o sujeito que confabula é de antemão “inocentado” de qualquer injunção ética, discursiva ou social, dado que ele seria anosognóstico ou inconsciente das infrações que comete

contra o que seria a natureza comunicacional (informativa) da linguagem.

O que parece incomodar nos fatos textuais confabulatórios é muito parecido com o que parece nos incomodar nas fábulas ou no discurso alegórico, contra o qual não é raro encontrar toda uma série de suscetibilidades (entre outras, a desconfiança, o desconforto, a curiosidade, a incerteza, a depreciação). Assim como o discurso alegórico, a confabulação – normal ou patológica – incita o interlocutor (ou leitor) a procurar (e a encontrar, eventualmente) um sentido oculto, desviado, extravagante, moral: um sentido “por detrás”. A tarefa de decifrar o sentido pode ser frustrada por vários motivos, e, entre estes – um dos pecados da linguagem! – a desconsideração do propósito comunicativo que rege imperativamente as interpretações, responsável ao mesmo tempo pelas regularidades e pelas indeterminações da significação.

A confabulação “patológica” defronta-se, por um lado, com as ilusões do realismo, e por outro, com as tentativas de colocar em relação mundos tomados como logicamente heterogêneos entre si, isto é, os objetos da realidade e os da imaginação, os eventos discursivos e os cognitivos, a linguagem e a mente, aquilo que é externo e aquilo que é interno ao homem e seu cérebro.

Tendo em vista o exposto, o que a pesquisa clínica chama de confabulação nem sempre encontra correlato no discurso ordinário (normal), dadas as tentativas de se reduzir o fenômeno a um sintoma clínico cuja manifestação verbal parece ser fixa, homogênea e controlável (controlada) sob certas condições experimentais.

Levando em conta que a condenação da dissimulação e da mentira parece ser um princípio ético tradicional (ver, por exemplo, a discussão aristotélica sobre a verdade e a justiça em *Ética a Nicômaco*, ou a relação entre a mentira e a política, estudada por Hanna Arendt em *Crises da República*, ou mesmo as relações entre verdade e mentira em Rousseau, nas *Rêveries*), cuja elaboração judaico-cristã conhecemos bem, podemos entender como surgem as injunções contra a falta da verdade (mesmo que faltar à verdade não seja equivalente a mentir).

As confabulações, normais ou patológicas, ressaltam bem o dilema das perspectivas cognitivistas, cujo fundamento normativo reforça as versões cristalizadas ou aceitas como verdades do passado. O empreendimento da Neuropsicologia e da Psicologia Cognitiva parece ser basicamente saneador, tal como o de grande parte da Neurologia e da Psiquiatria ao longo da história. O desejo de controlar a informação, bem como a defesa da legitimação de uma (e apenas uma) maneira de relatar o passado ou de referir-se ao presente, fundam-se na visão positiva e idealizada das interações humanas. Ora, não precisaríamos de um estudo sobre confabulação

para imaginar que a “verdade” (do passado, ou outra) é sempre – ao menos potencialmente – questionável. Como bem observa Bento Prado Jr. (1985, p. 85), o que decide, afinal, o que é a mentira (assim como a significação, poderíamos complementar) é uma espécie de coincidência (mínima que seja, mas sempre estabelecida sociocognitivamente, isto é, interativamente) entre as palavras e as coisas. Para nós, o que parece interessante é que, ao contrário da verdade, a mentira não parece ser/ter um valor absoluto. Com isso, está sempre a exigir alguma explicação (relativa à moral, à solidariedade, à justiça, à cultura, à realidade etc.).

A amnésia: o conflito entre lembrar e esquecer

“A memória nos salva do esquecimento, porém quem nos salva da memória?” A frase, do escritor Georges Perec, não elogia a memória e excomunga o esquecimento; ao contrário, revela a nossa condição de seres condenados a recordar, portanto, a ter um passado e a deixar rastros, vestígios e indícios de nossa existência e de nossas ações.

Com efeito, não são poucos os que bendizem os esquecimentos, tanto na Arte quanto na Ciência. De um lado, o esquecimento é o que nos salva, nos absolve e ameniza nossas dores, sofrimentos, lembranças perturbadoras ou encobridoras (cf. Freud, 1987). Por outro lado, o esquecimento é a representação da morte, o lugar da ausência, o mal grave que pode nos impedir, pela lembrança do nome, a contemplação da verdade e do conhecimento.

Tão antigo quanto a faculdade humana de conservação do passado é o temor do esquecimento. Nos dias de hoje, em meio à proliferação de informações às quais somos submetidos, as falhas de memória parecem aumentar, acompanhando e aumentando esse temor. O número de informações que circulam é proporcional à velocidade com que essas informações aparecem e desaparecem em nosso cotidiano. Ao mesmo tempo em que a ameaça do esquecimento aumenta sobre os homens, cresce também uma certa obsessão pela conquista de uma memória mais competente, perfeita, quase prodigiosa; uma memória que parece estar fora, portanto, do normal.

Somos alertados a todo momento a respeito da ameaça da perda de memória, e somos estimulados a prevenirmo-nos deste mal. Essas práticas fortalecem uma circunstância discursiva em torno da fragilidade da memória, em torno da falta de controle sobre esse tesouro que pode nos ser subtraído a qualquer momento, e não apenas inexoravelmente derivado do envelhecimento. A memória é, assim, algo que é alheio à vontade humana. Algo que podemos, a qualquer momento, ganhar ou perder por um mecanismo ainda misterioso, mas que

sem dúvida pode ser por nós aprimorado, cuidado pessoalmente com um “zelo de quem leva o andor”.

O conflito entre lembrar e esquecer encontra ressonância nas esferas públicas e privadas de nossa vida, na constituição da lembrança individual e coletiva e em contextos de normalidade ou patologia.

Se, por um lado, há uma enormidade de estudos que tematizam a repressão voluntária da memória, por outro, há uma tendência fortíssima que se mantém há anos e se desenvolve cada vez mais no campo das neurociências: o da perda involuntária da memória.

Para ilustrar o primeiro caso, podemos citar os estudos reunidos por Leibing e Benninghoff-Lühl (2001), que abordam entre outros temas a propalada convicção de que o Brasil é um país sem memória. Esse pressuposto nos remete a uma “falta” coletiva, curiosamente alardeada e admitida a um só tempo pelo corpo social, que parece tê-lo internalizado sem reagir a ele. No segundo caso, são inumeráveis os estudos dedicados à perda involuntária da memória, característica de neurodegenerescências como a Doença de Alzheimer (DA), que afeta, no Brasil, mais de um milhão de idosos, especialmente em centros urbanos. O aumento de incidência de patologias mnêmicas acaba por significar uma nova compreensão da questão do envelhecimento patológico e o surgimento de novos discursos em torno da memória em nossa sociedade.

Um número considerável de questões envolvendo a DA tem nos interessado no campo da Neurolinguística. Aqui tocaremos ainda que brevemente em pelo menos duas dessas questões. A primeira refere-se às circunstâncias nas quais o diagnóstico de DA é feito e às implicações deste tipo de diagnóstico para quem o recebe, bem como para os seus familiares. A segunda questão refere-se às práticas de memória e de esquecimento na sociedade atual e a inserção e aceitação da falta de memória como uma consequência cada vez mais crescente nos grandes centros urbanos. Ambas as questões inserem-se num debate sobre normalidade e patologia, mais especificamente, sobre envelhecimento e esquecimento normal e patológico.

A DA, como se sabe, é um envelhecimento patológico cujo sintoma mais desconcertante e recorrente é uma perda progressiva da memória, bem como de outras funções neuropsicológicas (linguagem, praxia, gnosia, cálculo etc.). Tratando-se de uma afecção neurológica atualmente sem cura e que pode ser incapacitante, os estudos voltados ao envelhecimento normal e senil procuram oferecer subsídios para o que chamam de diagnóstico precoce das síndromes demenciais. Contudo, quanto a este ponto, as questões não são nada simples. Podemos facilmente identificar em relação a essa questão as limitações de procedimentos metodológicos fechados. Além disso, uma outra limitação do campo médico se

impõe (ao lado, naturalmente, da impossibilidade de cura): ainda não se sabe exatamente o que fazer com esses dados diagnósticos (para além dos conselhos de ordem geral, baseados no senso comum, que nos adverte quanto a manter a mente esperta, integrar práticas sociais variadas, procurar aprender coisas novas e estimulantes, entre outras sugestões incontestáveis).

Uma outra complicação que podemos aventar quanto a este ponto diz respeito aos pressupostos do chamado “diagnóstico diferencial”. Nem sempre capaz de acompanhar as pesquisas pluridisciplinares sobre a relação entre processos cognitivos, o clínico ou o médico às voltas com o diagnóstico de demência ou de alteração mnésica acaba se confrontando com fatos (e decisões) extremamente complexas.

Antigamente voltados para o objetivo de diagnosticar processos patológicos, novos testes têm sido criados para tentar averiguar precocemente tanto uma possível demência (algo sem dúvida complicado em termos teóricos e éticos), quanto uma diferença entre sujeitos idosos normais e senis. A questão que os estudos neuropsicológicos se colocam é: como diferenciar de maneira precisa uma Doença de Alzheimer ainda em estado inicial de um problema de memória reputado à idade ou a outros fatores? Afinal, o que significa socio-discursivamente postular que determinadas pessoas são diagnosticadas como constituindo potencialmente um grupo de “alto risco” para desenvolver a doença (aposentados, estressados, deprimidos, asilados etc.)?

Segundo Défontaines (2001), quando se referem ao valor do diagnóstico precoce, os médicos se referem habitualmente, além das terapêuticas sintomáticas (como a medicamentosa), à possibilidade de se enfrentar, evitar ou controlar comportamentos de risco e acidentes ligados diretamente à doença; além disso, mencionam quase sempre que o diagnóstico precoce de demência pode evitar inconvenientes como a má gestão de bens ou a ruína material do paciente e seus familiares.

Sem dúvida, há vantagens de todo tipo quando uma doença é diagnosticada a tempo de podermos obter algum benefício de uma intervenção adequada e necessária. Contudo, os favoráveis à intervenção em casos de suspeita de Doença de Alzheimer, em geral, se furtam a considerar que a emissão de um “diagnóstico precoce” pode, além de evitar riscos ao paciente e profilaticamente atuar em seu benefício e de seus próximos, romper o equilíbrio pessoal e familiar de muitas pessoas, estimular o preconceito social contra os idosos e precipitar de alguma forma o processo demencial. Além disso, a relação direta entre alteração de memória e demência acaba por tomá-las – voluntariamente ou não – como sinônimos. O sujeito que recebe um diagnóstico precoce de demência, ainda que “provável”, corre o

risco de ser privado de muitos direitos (dirigir o carro, gerir seus bens, fazer testamento etc.). Preocupações como essa não são triviais na prática (isto é, na teoria).

Podemos considerar que o ícone da Doença de Alzheimer não é apenas o homem desmemoriado, mas o homem inapto a participar de grupos e práticas sociais. A ele está associada a falta de lucidez; trata-se do *demens*, aquele que perdeu o juízo, o insensato, o louco. A sua morte é antecipada, pois representa a morte da razão, do homem racional; ele agora é identificado a partir do *pathos*, da imaginação, do delírio. Todos estes elementos representam pecados para o mundo racionalista. Algo relativo a isso podemos observar na fala de OC, uma senhora de 82 anos que fez parte de um estudo (Cruz, 2004) baseado em narrativas conversacionais de sujeitos com DA em estágio inicial:

OC- *Olha que você pensou que fosse achar uma doente.* [Risos].

FC- *A senhora acha?*

OC- *Você não achou que tava do jeito que o Ugo acha? Ugo acha, ele se preocupa, que eu, sei lá, acho que ele me vê um pouco quieta... sei lá o que ele acha. Sabe o que que é? Lá vem seu nome... eu preciso fixar. Ele manda eu fixar as coisas [Ri.] Para não perder a memória. [Ri.] Fernanda, né? [Ri.] Tem que fazer assim, né? [...] Bom, então. Às vezes eu esqueço um pouco. Ele tá preocupado porque eu tô esquecendo. Então ele fala: “Você precisa prestar bem atenção, gravar.” Mas eu falei assim: “Num é, tem horas que num dá mesmo. Num tô ficando maluca e nem/ Bobagem. Não é assim também!” [Ri.]*

FC- *A senhora anda esquecendo as coisas?*

OC- *É, esqueço sim. Agora, hoje, eu num tô nem com um pouco de esquecer. Sabe, eu tô firme. Ó, quanta coisa eu lembrei, eu falei!*

Para evitar o esquecimento, somos obrigados a criar estratégias para a memorização, para a fixação. Tudo nos leva a crer que, com esse esforço, nossas práticas são práticas contra o esquecimento; as práticas de linguagem aparecem, nesse contexto, como uma salvação para a memória: narrativas, discursos veiculados em várias mídias, versões oficiais de eventos sociais escolhidos para serem perpetuados, valores morais a serem ensinados de uma geração a outra, rituais sociais, normas pragmáticas que presidem a utilização da linguagem, gêneros discursivos vários como cerimônias matrimoniais e fúnebres, celebrações religiosas, sessões jurídicas etc.

As práticas contra o esquecimento reafirmam mais um embate enfrentado pela memória, não apenas relacionado com a desrazão e a anosognosia. O que estaria ameaçado aqui: a memória ou as práticas de

linguagem que dão corpo à memória? Afinal, como a linguagem faria isso?

A construção das identidades e das culturas, a distribuição e a aplicação coletiva dos conhecimentos e as relações da sociedade com o tempo podem, de uma forma geral, ser chamados de mecanismos e práticas sociais de memória e de linguagem. A todos eles associamos diferentes formas de constituição das relações entre os dois processos. Porém, como afirmam estudos como os de Halbwachs (1990, 1994), Weinrich (1994, 2001), Nora (1984) ou Bosi (1994), a linguagem é o que dá, nessas práticas, tessitura à memória. Ao mesmo tempo, é ela que de maneira sutil ou atroz denuncia suas falhas.

Contudo, as práticas de linguagem, também elas, parecem ameaçadas. Como podemos observar na fala de TC, uma senhora de 64 anos, bem como em muitos outros relatos de sujeitos com DA com os quais tivemos contato, o afastamento do grupo social aparece como uma das mais evidentes privações trazidas pelas circunstâncias que envolvem a doença. Em alguns casos, é possível supor que muitos deles justificam seus esquecimentos exatamente por não manterem as práticas de convívio coletivo:

TC- Porque eu acho, porque também a gente fica muito em casa. Eu não converso, eu tenho medo de conversar e já falei aquilo, porque os meus filhos que fala: “A senhora já falou.” “E a senhora já falou acho que umas três vezes isso aí.” Então em casa eu fico mais quieta. Mas quando eu chego na casa dos outros, na casa das minhas amigas, minhas amigas me ouvem. (Cruz, 2004)

Os esquecimentos e as repetições são pouco tolerados em nossa sociedade. Impedido de lembrar, o doente com DA é também impedido de compartilhar com os demais qualquer lembrança, ainda que fragmentada. Cria-se assim uma espécie de clausura involuntária.

Para Leibing, a “demência e seu signo maior, a memória, podem ser pensadas como refletoras de parte de uma mudança social no Brasil contemporâneo” e que “esses novos tempos moldam, de uma forma dinâmica, determinadas patologias e maneiras de viver.” (2001, p. 78). O embate entre a conservação e a deterioração da memória está marcado não somente pelas relações entre o normal e o patológico, como também pelo normal e o ideal.

Ao conceito de memória presente no metadiscursivo científico, quase sempre às voltas com técnicas e procedimentos de memorização, fixação e evocação contrapõe-se uma memória cuja vitalidade nasce e se revigora nas práticas sociais multimodais, em especial as práticas com linguagem; neste caso, vale observar o adágio popular segundo o qual lembrar é reviver, recordar é viver, como afirma OC: “ó quanta coisa eu lembrei, eu falei!”

Seja em contextos normais, seja em contextos patológicos, práticas discursivas como a conversação e a atividade de recontar o passado, levando em conta que fazemos isso em relação a alguém e na relação com alguém, despertam o sujeito de um lugar remoto e fixado. Nesse contexto, as práticas de linguagem e de memória se reencontram e a memória torna-se viva, mesmo para aqueles que se confrontam, de forma mais direta, com a extrema “fragilidade da memória”.

Considerações finais

A amnésia demencial e a confabulação inspiram de fato muitas reflexões sobre os embates da memória (não apenas com o esquecimento, mas também e sobretudo com o metadiscursivo científico sobre a memória), e por isso não temos a pretensão de, neste artigo, exaurir o tema. De todo modo, algumas questões podem ser aqui retomadas, como a nos lembrar que a discussão, assim como a vida, continua. Vamos a elas.

Enquanto a amnésia surge como uma forma de esquecimento que rompe com o presente, a confabulação é uma forma de esquecimento que reinventa “ilicitamente” as memórias (fabricando-as a partir da perspectiva do presente ou da mescla de várias memórias, recentes ou remotas, próprias ou alheias, sociais ou privadas etc.). A memória cuja perda é lastimada nas demências é a recente; a memória cuja perda é lastimada na confabulação é a que tem a ver com a capacidade racional de evocarmos e processarmos seletiva, voluntária e precisamente as informações. Em ambos os fenômenos, porém, a linguagem aparece ora como o lugar em que se demonstram as instabilidades das operações mnêmicas, ora como um instrumento psicotécnico defeituoso para os propósitos de dar referência aos objetos cognitivos.

A obsessão pela memória, na verdade, se dá por um certo tipo de memória, ou seja, aquela que se afirma no presente, aquela que se confunde com a afirmação do presente que surge sob forma caricatural em muitos dos itens arrolados nos testes diagnósticos, povoados de questões metalingüísticas e metamnêmicas: “O passado se descarrila e o doente é assim condenado a viver em um presente absoluto” (Leibing, 2001, p. 86).

No contexto de testes diagnósticos, um dos cenários dos embates da memória por excelência, a expressão da ambigüidade que vimos aqui destacando pode também ser encontrada: se de um lado ele é importante para a identificação, contenção e superação de problemas que afetam nosso bem-estar físico e cognitivo, de outro lado ele não deixa de ser um território institucional da concepção idealizada de memória, de linguagem, de cérebro, de cognição. Com isso, tanto o metadiscursivo clínico quanto a própria

prática diagnóstica podem significar condição propícia para a produção de confabulações, esquecimentos ou lacunas de memória. Seja em função de um alheamento social relativo à velhice e ao envelhecimento, seja em função das condições de produção da memória que se estabelecem nos testes mais tradicionais (artificiais e descontextualizados, mais interessados nas capacidades mnêmicas relacionadas a si mesmas e no conhecimento metalingüístico), memória e linguagem são destituídas de sua função social, afetiva, performativa, interacional.

Novos “funcionários da memória” (*mnemon*) surgem à época atual como verdadeiros guardiões de uma determinada concepção de memória, monumento a um só tempo adorado (valorizado) e detestado (descartável). Os atuais guardiões da memória não são apenas familiares, vizinhos, escritores, arquivistas, escribas, professores, amigos, historiadores etc.: são também os testes diagnósticos, certos metadiscursos clínicos sobre a memória veiculados na academia e na mídia, os cursos de memorização, e os laboratórios farmacêuticos.

Fora das práticas sociais e dos vários processos de significação (culturais, contextuais, discursivos, pragmáticos, afetivos etc.) que as constituem, é difícil responder a várias questões sobre a memória (relativas ao que e a como lembramos e esquecemos, por exemplo), as quais ficam a exigir maiores explicações a despeito do avanço biotecnológico alcançado em nossa época. A idéia de uma subjetividade interna e privada, ou de uma representação mental confinada às estruturas cerebrais independentes do mundo social, nos leva a considerar que os impasses criados pelas teorizações externalistas e internalistas ainda não foram superados. Dessa forma, sem um deslocamento teórico em relação à concepção representacional de memória e sem um deslocamento teórico em relação à concepção referencial de linguagem, dificilmente deixaremos de concordar com aqueles que dramaticamente alardeiam, frente a uma suposta crise da arte da conversação e demais rotinas significativas da vida em sociedade, o fim da memória.

Assim como afirma Carlos Drummond de Andrade a respeito do fim do ano (“o último dia do ano não é o último dia do tempo... o último dia do tempo não é o último dia de tudo”), podemos afirmar sobre o propalado “fim da memória”, preconizado por muitos e há muito tempo, que ele provavelmente diz respeito ao fim de uma certa idéia de memória. Não é o fim de tudo. Para muitos, isso é história e, portanto, ainda e sempre, memória.

Referências

- BERLYNE, N. Confabulation. *British Journal of Psychiatry*, v. 120, p. 31-39, 1972.
- Horizontes*, v. 23, n. 1, p. 29-38, jan./jun. 2005
- BOSI, E. *Memória e sociedade: lembrança de velhos*. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.
- BURKE, P.; PORTER, R. *Linguagem, indivíduo e sociedade: história social da linguagem*. São Paulo: Ed. Unesp, 1993.
- CANGUILHEM, G. *O normal e o patológico*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- COURTINE, J.-J. Le tissu de la mémoire: quelques perspectives de travail historique dans les sciences du langage. *Langages*, v. 114, p. 5-12, 1994.
- CRUZ, F. M. *Uma perspectiva enunciativa das relações entre linguagem e memória no campo da neurolinguística*. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp, Campinas-SP, 2004.
- DALLA BARBA, G. Different patterns of confabulation. *Cortex*, v. 29, p. 567-581, 1993.
- _____. Consciousness confabulation: Remembering “another” past. In: CAMPBELL, R.; CONWAY, M. (Ed.). *Broken Memories*. Oxford: Blackwell, 1994.
- DÉFONTAINES, B. *Les démences*. Paris: MED-Line, 2001.
- FREUD, S. *Sobre a psicopatologia da vida cotidiana*. Rio de Janeiro: Imago, 1987.
- HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- _____. *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris: Albin Michel, 1994.
- LEIBING, A.; BENNINGHOFF, S. (Org.). *Devorando o tempo: Brasil, um país sem memória*. São Paulo: Mandarin, 2001.
- LURIA, A. R. *Fundamentos de neuropsicologia*. São Paulo: Edusp, 1981.
- MORATO, E. M. *Um estudo da confabulação no contexto neuropsicológico: o discurso à deriva ou as sem-razões do sentido*. Tese (Doutoramento) – Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp, Campinas, 1995.
- _____. As afasias entre o normal e o patológico: da questão (neuro)lingüística à questão social. In: LOPES, F.; MOURA (Org.). *Direito à fala – a questão do preconceito lingüístico*. Florianópolis: Insular, 2000.
- _____. Das injunções contra a (falta de) memória e suas implicações ético-discursivas. In: SIMPOSIO INTERNACIONAL DE COMUNICACIÓN SOCIAL, 8., 2003, Santiago de Cuba. *Actas II...* Santiago de Cuba, Cuba: Centro de Lingüística Aplicada, 2003.
- MOSCOVITCH, M. Confabulation and frontal systems: Strategic versus retrieval in neuropsychological theories

- of memory. In: ROEDIGER, H. L.; CRAIK, F. I. M. (Ed.). *Varieties of memory and consciousness: Essays in honour of Endel Tulving*. Hillsdale, NJ: Erlbaum, 1989.
- NORA, P. *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, 1984. v. 7.
- PORTER, R. “Expressando sua enfermidade”: a linguagem da doença na Inglaterra georgiana. In: BURKE, P.; PORTER, R. *Linguagem, indivíduo e sociedade: história social da linguagem*. São Paulo: Ed. Unesp, 1993.
- PRADO JR., B. Não dizer a verdade equivale a mentir? *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, v. 9, p. 81-88, 1985.
- SHACTER. D. L. *Os sete pecados da memória: como a mente esquece e lembra*. São Paulo: Planeta, 2001.
- TOMASELLO, M. *As origens culturais da aquisição do conhecimento humano*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- VYGOTSKY, L. S. *Pensamento e linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2003. (1934).
- VION, R. *La communication verbale: analyse des interactions*. Paris: Hachette, 1992.
- WEINRICH, H. La mémoire linguistique de l’Europe. *Langages*, v. 114, p. 13-40, 1994.
- _____. *Lete, arte e crítica do esquecimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

Sobre as autoras:

Edwiges Maria Morato é doutora pela Universidade Estadual de Campinas com Pós-Doutorado na Université de Paris XII (França). É professora do Departamento de Lingüística da Unicamp, atuando na Graduação e na Pós-Graduação. Autora de livros e artigos na área, é pesquisadora da Fapesp e do CNPq, desenvolvendo estudos especialmente no campo da Neurolingüística e da Lingüística Cognitiva. É uma das docentes responsáveis pelo Laboratório de Neurolingüística, ao qual é vinculado o Centro de Convivência de Afásicos (www.unicamp.br/iel/labonecca).

Fernanda Miranda da Cruz é doutoranda em Lingüística, no Instituto de Estudos da Linguagem, na Universidade Estadual de Campinas e pesquisadora do Centro de Convivência de Afásicos (CCA-Unicamp), sob orientação da profa. dra. Edwiges Maria Morato, com financiamento da Fapesp. Atualmente realiza estudos, com financiamento da Capes, no ICAR (Interactions, Corpus, Apprentissages, Représentations), ligado à ENS-LSH (Ecole Normale Supérieure de Lettres et Sciences Humaines) e ao Département des Sciences de l’Homme et de la Société du CNRS (Centre Nationale de la Recherche Scientifique) em Lyon (França).